

Orçamento de 87 prevê 10% de inflação

MILANO LOPES
Da Editoria de Economia

Concluído o Plano de Metas e o "pacote" dos compulsórios, volta-se agora a equipe econômica para a montagem do orçamento fiscal de 1987, enfrentando um primeiro desafio: definir uma taxa de inflação com a qual o Governo trabalhará no próximo ano e que servirá de referência para a projeção das receitas. A idéia é definir uma taxa não tão alta para alimentar nos agentes econômicos expectativas inflacionárias, nem tão baixa capaz de subestimar os valores das receitas e despesas, pensando-se em algo em torno de 10 por cento.

Para estimar a receita orçamentária o Governo atua, basicamente, sobre três variáveis: o crescimento do PIB, a taxa de inflação e as alterações na carga tributária. A expansão do Produto Interno Bruto para 1987 já está definida no Plano de Metas como sendo de 7 por cento. Por outro lado, o Governo vem insistindo que cumprirá o compromisso de não aumentar a carga tributária, sobretudo dos assalariados.

A dificuldade reside na própria incerteza da administração econômica quanto ao comportamento dos índices de preços nos próximos meses. Embora a retórica oficial seja de que o congelamento será mantido permanentemente, o Governo estuda fórmulas de promover o descongelamento, que os técnicos encarregados dos estudos, tendo à frente o professor Francisco Lopes, preferem chamar de realinhamento gradual do sistema de preços.

As autoridades sabem que as medidas adotadas nesta quarta-feira trarão algum reflexo inflacionário, em decorrência do impacto causado pelos aumentos efetivos no custo dos automóveis e dos combustíveis. Outros reajustes terão de vir, mais cedo ou mais tarde, a menos que o Governo decida continuar subsidiando o consumo, como fez em relação ao leite; ou diretamente, através de recursos do Tesouro, ou mediante a redução da carga fiscal incidente sobre determinados produtos.

O realinhamento gradual dos preços, afetando, numa primeira fase, aqueles que estavam defasados em 28 de fevereiro, dia "D" do congelamento, inevitavelmente criará algum impacto inflacionário, mesmo que, paralelamente, consiga o Governo reduzir alguns preços de produtos que não enfrentam maiores pressões de custos.

Alguns "pais" do Plano Cruzado, como o professor Francisco Lopes, consideram ser possível, nos próximos dois anos, conviver com uma inflação em torno de 10 por cento, embora, numa segunda etapa, a partir de 1989, ela possa declinar para o patamar de 7 por cento ou até mesmo de 5 por cento. Se o Governo adotar a taxa de 10 por cento em 1987, na projeção da receita fiscal, esta poderá apresentar um crescimento próximo dos 20 por cento, elevando-se a cerca de Cz\$ 350 bilhões, em comparação com os Cz\$ 290 bilhões estimados para o corrente ano.

Embora o mercado esteja trabalhando com a expectativa de uma taxa média de inflação de 1 por cento para o período julho/dezembro, o que resultaria numa taxa de 11,4 por cento para março/dezembro, já considerando a taxa acumulada de 3,38 por cento de março/junho, os ministros do Planejamento e da Fazenda continuam confiantes na inflação mensal "em torno de zero" e apostando nas estimativas mais otimistas, como a do próprio professor Francisco Lopes, que variam em torno de 7 por cento para março/dezembro.

CORREIO BRASILIENSE

26 JUL 1986